



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

Aos 30 dias do mês de setembro de 2020, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala do Senado do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte - 09.00

Audição da Diretora-Geral da Saúde, Dra. Graça Freitas, a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre os surtos registados em lares desde o início da pandemia da doença COVID-19, em especial sobre a situação no lar de idosos de Reguengos de Monsaraz;

(Audição conjunta com a Comissão de Saúde)

II Parte - 10.45 (hora indicativa)

- 1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 39, de 23 de setembro de 2020;**
- 2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
- 3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 18/XIV/1.^a (PCP) - «Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego», o Projeto de Lei n.º 491/XIV/1.^a (PAN) - «Aumenta as garantias dos beneficiários de prestações de desemprego no âmbito das regras referentes à formação profissional, alterando o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro» e o Projeto de Lei n.º 495/XIV/1.^a (BE) - «Alarga e melhora as condições de acesso e os períodos de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego (17.^a alteração do Regime Jurídico de Proteção no Desemprego)». Deputada autora do parecer: Sandra Pereira (PSD);**
- 4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 474/XIV/1.^a (PSD) - «Programa especial de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO»;**
- 5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE sobre o acesso à informação relativa ao património imobiliário do Instituto da Segurança Social;**
- 6. Outros assuntos.**

I Parte - 09.00

Audição da Diretora-Geral da Saúde, Dra. Graça Freitas, a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre os surtos registados em lares desde o início da pandemia da doença COVID-19, em especial sobre a situação no lar de idosos de Reguengos de Monsaraz;

(Audição conjunta com a Comissão de Saúde)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

A Senhora Presidente da Comissão de Saúde, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, deu as boas-vindas à Senhora Diretora-Geral da Saúde, Dra. Graça Freitas referiu que a audição seria levada a cabo em conjunto com a Comissão de Trabalho e Segurança Social e explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) para apresentar o [requerimento](#) do Grupo Parlamentar (GP) do CDS-PP, respondendo de seguida a Senhora Diretora-Geral da Saúde às questões colocadas.

Posteriormente, usaram da palavra em sede de primeira ronda os Senhores e as Senhoras Deputadas Marta Freitas (PS), Fernanda Velez e Helga Correia (PSD), José Moura Soeiro (BE), Paula Santos (PCP), João Cotrim de Figueiredo (IL) e André Ventura (CH), respondendo a Senhora Diretora-Geral da Saúde em conjunto às questões formuladas.

No âmbito da segunda ronda, e já depois de o Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Pedro Roque, ter assumido a condução dos trabalhos, registaram-se as intervenções do Senhor e das Senhoras Deputadas Marta Freitas (PS), Helga Correia (PSD), Diana Ferreira (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e André Ventura (CH), respondendo a Senhora Diretora-Geral da Saúde em bloco às perguntas colocadas. No final, o Senhor Deputado António Maló de Abreu (PSD) interpelou a Mesa, o que suscitou um esclarecimento adicional da Senhora Diretora-Geral da Saúde. Também o Senhor Deputado Hugo Oliveira (PS) interpelou a Mesa sobre a condução dos trabalhos, assim como a Senhora Deputada Helga Correia (PSD), que assinalou que nem todas as questões formuladas pelo GP do PSD haviam sido respondidas pela Senhora Diretora-Geral da Saúde, informando que o seu Grupo Parlamentar apresentaria uma pergunta escrita ao Governo sobre essas matérias

O Senhor Presidente deu então por concluída a audição, agradecendo à Senhora Diretora-Geral da Saúde os esclarecimentos prestados.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#), constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

II Parte - 10.45 (hora indicativa)

Após uma breve interrupção, a reunião desenrolou-se nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 39, de 23 de setembro de 2020;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

O GP do PS declarou que indicaria posteriormente os relatores dos Projetos de Lei n.º 508/XIV/2.^a (PCP) - «Cria um regime de apoio às famílias na frequência de equipamentos de apoio à infância», 521/XIV/2.^a (BE) - «Altera o regime do Complemento Solidário para Idosos, fazendo depender a sua atribuição da situação de pobreza do idoso e não do rendimento dos filhos e garantindo a convergência do valor de referência com o limiar de pobreza» e 525/XIV/2.^a (PCP) - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)», assim como o GP do PSD em relação ao Projeto de Lei n.º 524/XIV/2.^a (CH) - «Pelo aumento da licença parental atribuída às mães e pais do país, contribuindo, desta forma, para um fortalecimento dos laços familiares e, conseqüentemente, da taxa de natalidade». Já o GP do BE designou o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) como relator do Projeto de Lei n.º 518/XIV/2.^a (PCP) - «Amplia as fontes de financiamento da Segurança Social».

Num segundo momento, o Senhor Presidente deu conta que haviam baixado à Comissão os Projetos de Resolução n.º 657/XIV/2.^a (BE) - «Pela regulamentação da atividade de carteiro com vista à redução do desgaste resultante do exercício da atividade e à garantia das condições de segurança e saúde no trabalho», 658/XIV/2.^a (BE) - «Pela regulamentação da atividade de trabalhador da manutenção e montagem de aerogeradores com vista à redução do desgaste resultante do exercício da atividade, à garantia das condições de segurança e saúde no trabalho e à adequação do acesso à reforma» e 659/XIV/2.^a (BE) - «Pela regulamentação da atividade dos trabalhadores do setor dos transportes, comunicações e telecomunicações com vista à



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

redução do desgaste resultante do exercício da atividade, à garantia das condições de segurança e saúde no trabalho bem como a um acesso à reforma adequado ao desgaste da profissão».

Logo após, o Senhor Presidente comunicou que haviam baixado na especialidade à Comissão, após aprovação na generalidade na reunião plenária de sexta-feira, 25 de setembro, as seguintes iniciativas legislativas: Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.^a (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.^a alteração do Código do Trabalho)», Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.^a (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.^a (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto». A este respeito, registou que a Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN), que já não integrava esta Comissão, propusera a realização de um conjunto de audições por escrito a individualidades de reconhecido mérito e também aos parceiros sociais que ainda não se haviam pronunciado.

Aberta a discussão, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) recordou que ainda não estava concluído o período de consulta pública do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.^a (PCP), pelo que eventuais contributos para essa iniciativa deveriam ser canalizados para essa via.

No mesmo sentido, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) considerou que as auscultações propostas não se justificavam, em especial os identificados pedidos nominativos de contributos a juristas, devendo isso sim passar-se à apreciação na especialidade dos diplomas em Comissão.

Também o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) secundou esta opinião maioritária, considerando que o facto de já terem sido recebidos pareceres no âmbito das duas iniciativas em causa levava a que o requerimento do GP do PAN não revelasse muito sentido, mostrando-se, porém, favorável à eventual constituição de um grupo de trabalho sobre o tema.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

Em sentido contrário, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) afirmou que não seria o seu Grupo Parlamentar a obstaculizar a realização destas audições, até porque não seria a primeira vez que se demandavam contributos escritos a entidades ou personalidades da sociedade civil.

De novo no uso da palavra o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) propôs que a Comissão tomasse logo naquele dia uma decisão sobre o trajeto das iniciativas na especialidade, com ou sem constituição de grupo de trabalho, sugerindo a fixação de um prazo para a apresentação de propostas de alteração, mas só após o final da consulta pública do projeto de lei do GP do PCP.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) concordou com esta proposta, aproveitando para indagar sobre os termos legais e regimentais usados pelo GP do PAN para fundamentar o seu requerimento.

Perante isto, o Senhor Presidente concluiu pela inexistência de acordo para levar a cabo as audições preconizadas pelo GP do PAN.

Neste momento, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) adiantou que o prazo para apresentação de propostas de alteração poderia ser fixado até sexta-feira, 23 de outubro, reservando-se a sua discussão na especialidade para a primeira reunião ordinária da CTSS após o processo orçamental.

Contudo, tal calendarização não reuniu consenso, tendo o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-P) argumentado que a extensão do processo orçamental tornava mais prudente estabelecer que o prazo para apresentação de propostas terminaria só após a votação final global do Orçamento do Estado para 2021, o que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes.

O Senhor Presidente deu assim como aprovada esta sugestão, acrescentando que se responderia ao GP do PAN que não seriam solicitados contributos às entidades elencadas por falta de disposições legais e regulamentares que o fundamentassem, sem embargo de todas as entidades e personalidades terem a prerrogativa, querendo, de se pronunciarem durante os respetivos períodos de discussão pública.

Por fim, o Senhor Presidente informou que também haviam baixado à Comissão na especialidade os Projetos de Resolução n.º 279/XIV/1.^a (PEV) - «Realização de um estudo rigoroso sobre a realidade do trabalho infantil em Portugal, com vista à sua total erradicação» e 289/XIV/1.^a (PAN) - «Recomenda ao Governo a elaboração de



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

estudo nacional sobre o trabalho infantil», e referiu que, atendendo a que nenhum dos proponentes integrava a CTSS, poderiam ser contactados no sentido de poderem ter primazia na apresentação de uma proposta de texto comum, a submeter à consideração da Comissão na especialidade. Esta hipótese mereceu a concordância de todos os presentes.

3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 18/XIV/1.^a (PCP) - «Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego», o Projeto de Lei n.º 491/XIV/1.^a (PAN) - «Aumenta as garantias dos beneficiários de prestações de desemprego no âmbito das regras referentes à formação profissional, alterando o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro» e o Projeto de Lei n.º 495/XIV/1.^a (BE) - «Alarga e melhora as condições de acesso e os períodos de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego (17.^a alteração do Regime Jurídico de Proteção no Desemprego)». Deputada autora do parecer: Sandra Pereira (PSD);

O GP do PSD solicitou que este ponto pudesse transitar para a parte final da reunião, visto que a Senhora Deputada relatora se encontrava na reunião de outra Comissão a apresentar igualmente um parecer sobre iniciativas legislativas.

4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 474/XIV/1.^a (PSD) - «Programa especial de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO»;

O Senhor Presidente deu nota que não haviam sido apresentadas propostas de alteração no âmbito da discussão na especialidade desta iniciativa, pelo que apenas seria votado o texto do projeto de lei. De igual modo, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) sublinhou que o projeto de lei já fora discutido em Plenário, solicitando que se procedesse à necessária votação na especialidade. Desta forma, foram o título e o articulado aprovados por unanimidade numa votação única, não sem que a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) esclarecesse que a votação versara sobre os artigos e não sobre o projeto de lei na sua globalidade, ainda que realizada de forma conjunta, por os sentidos de voto serem os mesmos, tendo o Senhor Presidente agradecido essa precisão.

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE sobre o acesso à informação relativa ao património imobiliário do Instituto da Segurança Social;

Neste ponto, foi concedida a palavra à Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE), que de forma sumária explicou que o seu Grupo Parlamentar pretendia apurar qual o



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

património imobiliário que ainda se mantinha na Segurança Social e o que já havia sido transferido para as Finanças, em especial nos últimos 10 anos, em que se manifestara essa política de alienação. Deste modo, vincando a dificuldade no acesso aos dados, assumiu que esta informação interessaria à Comissão e ao Parlamento, procurando-se averiguar qual o património existente e que necessidades podia prover, até porque esse trabalho já estava a ser feito pelo Governo, sendo certo que o Ministério já havia disponibilizado alguma informação sobre a matéria. Por fim, elucidou que se pretendia que estes dados fossem transmitidos à 10.^a e não à 6.^a Comissão, como por lapso constava do requerimento, comprometendo-se a fazer chegar uma versão corrigida do mesmo.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

6. Outros assuntos.

1) No derradeiro ponto da reunião, o Senhor Presidente começou por convocar os Grupos Parlamentares a pronunciarem-se sobre a proposta de calendário e de grelha de tempos para as audições regimentais da 2.^a Sessão Legislativa (SL) recebidas da Conferência de Líderes (CL) e que haviam sido previamente distribuídas por todos.

Nesses termos, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) afirmou nada ter a opor sobre as datas avançadas, invocando porém uma longa tradição de não haver distinção dos tempos atribuídos aos Grupos Parlamentares nas audições em Comissão, que era quebrada com esta proposta de grelha de tempos, manifestando-se frontalmente contra a sua adoção, e realçando ainda não fazer sentido que fossem os Deputados não Inscritos a abrir a segunda e última ronda das audições regimentais. Por seu turno, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) lembrou que esta matéria já havia sido debatida em sede de CL, não fazendo muito sentido replicar individualmente essa discussão em cada uma das Comissões.

Depois de a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) ter defendido que a implementação da grelha não podia ser obrigatória, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), recuperando as experiências em audições conjuntas com outras Comissões, argumentou que no seu entender a grelha utilizada até aqui pela CTSS era melhor que as demais de que ia tendo conhecimento.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) alegou que as Comissões eram autónomas para decidir sobre as suas grelhas e que a CL não tinha poder deliberativo, pelo que defendeu a manutenção da grelha atual.

Também a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), apesar de reconhecer que a uniformização era positiva, indicou que esta proposta de grelha não parecia ir ao encontro das necessidades da CTSS, devendo manter-se a grelha em vigor.

Desta forma, e considerando não se encontrar informado para acompanhar uma possível votação sobre este assunto, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) sugeriu que se respondesse à Senhora 1.^a Secretária da Mesa, Deputada Maria da Luz Rosinha (PS), que fora quem interpelara os Senhores Presidentes das Comissões Parlamentares Permanentes sobre esta questão, que a CTSS necessitava de remeter para uma próxima reunião uma apreciação mais aprofundada sobre este ponto, o que mereceu a concordância da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD).

Nesse sentido, e depois de o Senhor Presidente ter indicado que se poderia responder confirmando que a CTSS era maioritariamente favorável à manutenção da grelha em vigor, O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) destrinçou as duas questões em análise: a pronúncia sobre a proposta ora recebida e, num momento posterior, a decisão de aplicar ou não a orientação da CL. Contudo, e sem prejuízo da discussão, pediu que ficasse registado o voto contra do seu Grupo Parlamentar.

Assim sendo, tendo o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) ter advogado o envio da pronúncia, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) cogitou que a Comissão poderia indicar que os Grupos Parlamentares se pronunciaram por si, sem votação em Comissão, e acrescentando que o GP do PS se manifestaria na reunião da semana seguinte.

Isto posto, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) enunciou que do Regimento da Assembleia da República (RAR) parecia resultar a obrigação de acolher a proposta da CL em análise.

Já a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), classificando o prazo de pronúncia como curto (já que terminava naquele mesmo dia), lembrou o funcionamento e a especificidade de cada Comissão, vincando que a proposta aduzida pretendia essencialmente resolver problemas com a intervenção dos Senhores Deputados Únicos Representantes de Partido e das Senhoras Deputadas não Inscritas nas audições regimentais, que nem sequer integravam a CTSS. Destarte, considerando



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

que a grelha da CTSS estava a ser corretamente aplicada, confirmou que remeteriam a sua posição por escrito.

Assim, reputando a proposta do GP do PS como a mais razoável, o Senhor Presidente constatou que, carreando as posições dos GP, logo se perceberia a tendência maioritária, ou até consensual.

Desta feita o Senhor Presidente sintetizou que a Comissão manteria por ora a sua grelha para audições regimentais, exortando todos os GP a enviarem os seus contributos para a Comissão até às 16h daquele dia, permitindo-se a sua sistematização e posterior remessa à Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS), 1.^a Secretária da Mesa.

2) Noutro âmbito, o Senhor Presidente transmitiu que a «Conferência - Diagnóstico e Perspetivas ao nível do emprego e das necessidades sociais resultantes da pandemia da doença COVID-19» se realizaria na terça-feira seguinte, 6 de outubro de 2020, estando já confirmada a presença da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A este respeito, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) solicitou que, por motivos de agenda, pudesse moderar o segundo e não o primeiro painel da tarde desse dia, como constava do programa provisório, o que foi aceite por todos.

3) Finalmente, retomou-se o ponto terceiro da Ordem e Trabalhos, anteriormente adiado. A Senhora Deputada relatora Sandra Pereira (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer relativo às iniciativas identificadas, aludindo ao seu objeto, conteúdo e motivação, à conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais, e cumprimento da lei formulário, ao enquadramento legal e antecedentes legislativos, concluindo que os projetos de lei cumpriam todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais necessários para serem discutidas e votadas na generalidade em Plenário. Mencionou também que pretendia fazer uma breve adenda à versão distribuída por todos, aludindo ao cumprimento da lei-travão.

Depois de o Senhor Presidente e também a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) e o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) terem agradecido o trabalho realizado,



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

estes últimos na qualidade de proponentes das iniciativas, o parecer foi aprovado por unanimidade.

4) A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) ressaltou ainda a importância da retoma da atividade do Grupo de Trabalho – Audiências, tendo em conta até que se aproximava o início da tramitação orçamental, tendo o Senhor Presidente garantido que seriam encetadas diligências com vista ao reinício dos seus trabalhos com a maior brevidade possível.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:37 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 41/XIV/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Eduardo Barroco de Melo
Fernando José
Helga Correia
João Paulo Pedrosa
João Pinho de Almeida
José Moura Soeiro
Lina Lopes
Luís Soares
Maria Germana Rocha
Marta Freitas
Nuno Sá
Ofélia Ramos
Olga Silvestre
Pedro Roque
Rita Borges Madeira
Sílvia Torres
Tiago Barbosa Ribeiro
Ana Maria Silva
Carla Madureira
Cristina Mendes da Silva
Fernanda Velez
Firmino Marques
Hugo Oliveira
Joana Sá Pereira
José Manuel Pureza
Lúcia Araújo Silva
Mara Coelho
Maria Joaquina Matos
Maria Manuel Rola
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires